

DICAS

PÓLIS - ILDES FES

IDÉIAS PARA A AÇÃO MUNICIPAL

DS Nº 78

1997

POLÍTICA DE ABASTECIMENTO

Ações inovadoras da prefeitura na área do Abastecimento, oferecendo alimentos mais saudáveis e baratos, dinamizam a economia local e melhoram a qualidade de vida dos cidadãos.

No Brasil há profundas contradições no que se refere à distribuição de alimentos. Embora seja um dos maiores produtores agrícolas mundiais, grande parcela de sua população não tem acesso à quantidade mínima de alimentos necessária para o seu sustento.

Nesse contexto, é importante que o município invista numa política de abastecimento. O acesso à alimentação deve ser garantido de modo permanente e duradouro, como bem público e direito de cidadania, pois dele dependem a vida e a saúde também das gerações futuras.

Uma política de abastecimento deve ter basicamente dois objetivos:

- 1- diminuir o preço e aumentar a oferta e a qualidade dos produtos, e
- 2- apoiar o pequeno produtor agrícola.

INSTRUMENTOS

O poder público municipal conta com vários instrumentos para melhorar o quadro de abastecimento local. Entre os mais simples e menos dispendiosos estão aqueles que diminuem os preços e melhoram a qualidade da comercialização dos alimentos, especial-

mente no que se refere à normatização e fiscalização de feiras-livres, supermercados e indústrias alimentícias.

Nessa linha pode ser incluída a criação de um serviço de informação ao consumidor. Em **Belo Horizonte-MG** (2.060 mil hab.), a SMAB (Secretaria Municipal de Abastecimento) divulga através da imprensa, do Jornal do Ônibus e do serviço telefônico Disque-Economia - os preços, permanentemente atualizados, de uma cesta básica composta por 45 itens, e identifica os estabelecimentos onde é menos dispendiosa.

Outra iniciativa, também da prefeitura de Belo Horizonte, é apoiar a formação de grupos de compra comunitários que, adquirindo alimentos em grandes quantidades, obtém preços mais baixos. A implantação destes grupos é acompanhada por técnicos da SMAB, que fornecem informações sobre produtos de safra e pesquisas de preços em vários estabelecimentos da cidade.

Ainda no âmbito da comercialização de alimentos, um dos problemas encontrados na maioria dos municípios é a concentração de supermercados e feiras-livres nas regiões centrais da cidade. Os bairros periféricos, onde há poucos estabelecimentos comerciais, enfrentam duplo problema: sua distância do centro, dificultando o deslocamento das pessoas até os lugares onde são vendidos gêneros básicos a preços menores; e a pequena demanda, decorrente do baixo poder aquisitivo da população, inviabilizando economicamente a instalação de sacolões fixos ou feiras-livres.

O sacolão verde, experiência implementada em **Santo André-SP** (627 mil hab.) durante o período 89-92, buscou superar este problema. Dois ônibus, previamente adaptados, comercializavam hortifrutigranjeiros e produtos da cesta básica, abastecendo regiões distantes do centro. Em Belo Horizonte foi criado o Comboio do Trabalhador, com pontos móveis de venda, que nos fins de semana vão até a periferia. Além de atender às regiões mais distantes, o programa melhora o acesso da população carente, na faixa de um a três salários mínimos, aos gêneros alimentícios básicos.

A prefeitura também pode criar equipamentos públicos como sacolões, mercados municipais e feiras-livres, que melhoram o abastecimento, descentralizam os serviços e aumentam a oferta.

O Horto Shopping Ouro Verde, em **Campinas-SP** (879 mil hab.), é um bom exemplo de descentralização de serviços para melhor atender à população. Ele foi construído anexo a um terminal de ônibus, no qual circulam cerca de 60 mil pessoas por dia, na zona oeste do município. O Horto Shopping conta com 43 permissionários que oferecem, além de diversos tipos de alimentos, outras mercadorias e serviços, inclusive públicos (há postos da Companhia de Saneamento Municipal, do INSS, da Telesp). A obra foi realizada em parceria: a prefeitura cedeu o terreno e a Companhia Municipal de Abastecimento executou a obra, com financiamento dos futuros permissionários.

O Horto Shopping permite a realização de compras sem que a população tenha que se deslocar até o centro da cidade, graças à diversidade de serviços oferecidos a preços acessíveis. Outra vantagem é que os usuários de ônibus, ao fazerem compras sem sair do terminal, não precisam pagar outra passagem.

O apoio à produção local é outra função importante que pode ser desempenhada pela prefeitura. Podem ser ações que diminuem o grande número de intermediários entre a produção e o consumo final, como as desenvolvidas em Belo Horizonte através dos projetos Direto da Roça e Campanha da Safra. Os dois programas facilitam a negociação entre produtores e a população, melhorando os preços finais para ambos.

Brasília-DF (1.673 mil hab.) implantou o PRO-VE (Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola), com a finalidade de inserir na economia local o pequeno produtor de alimentos, de base familiar e com baixa renda, incentivando as mini-agroindústrias. A Secretaria de Agricultura oferece quatro diferentes kits em placas de cimento pré-moldado, de áreas variáveis (de 13,96 m² a 55,26 m²) e criou uma linha de crédito para o pagamento dos kits. Além disso, fornece cursos, treinamento e assessoria para os pequenos produtores. Implantado em outubro de 1995, em um ano contava com 446 produtores cadastrados, 40 indústrias em construção e 32 em funcionamento. A renda média per capita subiu de R\$ 50,00 para R\$ 200,00 a partir do segundo mês de funcionamento, e cada agroindústria absorve, em média, seis empregos.

Outra iniciativa que está ao alcance da prefeitura é incentivar a produção caseira de alimentos. É o caso de experiências bastante conhecidas, como as hortas caseiras e escolares. Também em Belo Horizonte, foi implementado um programa de incentivo aos pomares caseiros, o Pró-Pomar (veja DICAS nº 39), que distribui mudas de árvores frutíferas. Além de melhorar as condições nutricionais das famílias, este tipo de iniciativa repercute em outros problemas urbanos, ajudando, por exemplo na arborização da cidade, o que diminui a impermeabilização desnecessária de várias áreas e, assim, ajuda diretamente no escoamento da água das chuvas. No caso de municípios com forte presença rural, é importante e estratégico desenvolver ações que possibilitem a inserção de trabalhadores do campo na dinâmica econômica do município. Um exemplo desse tipo de política é o Pólo Agroflorestal de **Rio Branco-AC** (196 mil hab.). Desenvolvido pela prefeitura em parceria com a EMATER, FUNDAC, Ministério do Meio Ambiente e SUDAM, o Pólo Agroflorestal é um modelo de assentamento agrícola baseado na implementação de uma infra-estrutura básica. O programa possibilita que ex-agricultores e ex-serin-

geiros retornem ao meio rural e se reintegrem à sua profissão original, dedicando-se ao manejo de culturas permanentes para comercialização e produção de subsistência (veja DICAS nº 51). Uma área importante, que merece toda a atenção da prefeitura, é a da merenda escolar. Deve contar com o acompanhamento de nutricionistas que garantam a qualidade das refeições. A descentralização da aquisição de gêneros alimentícios, através de núcleos regionais (aliada aos programas de incentivo à produção local) pode garantir alimentos saudáveis e mais baratos. Além de fornecer alimento às crianças em fase de crescimento, os programas de merenda escolar podem oferecer também atividades de educação alimentar, como as desenvolvidas no Programa Pé-de-Moleque, de Belo Horizonte, que envolveu os alunos através de vídeos e atividades lúdico-educativas. Finalmente, a prefeitura pode oferecer alimentação a baixo custo para a população mais pobre, através de restaurantes populares, como o de Belo Horizonte. O restaurante serve diariamente cerca de 2.500 refeições, e os cardápios variados são controlados nutricionalmente pela Secretaria Municipal de Abastecimento. O público

que o freqüenta encontra-se na faixa de renda de 1 a 3 salários mínimos.

■ PARTICIPAÇÃO POPULAR

A fundação de um Conselho Municipal de Abastecimento ajuda a envolver a população e o setor privado na criação e aplicação de mecanismos de estabilização de preços, e de normatização e regulamentação do abastecimento. Na mesma perspectiva do Conselho Municipal, mas atuando de forma mais localizada, pode-se propor o gerenciamento participativo de feiras, sacolões e outros equipamentos de abastecimento, através de um Conselho de Usuários. Para tanto, além de mobilizar lideranças informais nas comunidades, é preciso oferecer-lhes formação no que se refere à classificação e manuseio dos produtos. Deve ser criada uma rotina de trabalho que inclua participação periódica na fiscalização das feiras, sacolões e demais equipamentos, seguidas de reuniões de discussão e avaliação.

PARCERIAS

As ações da prefeitura contam com um arco amplo de parceiros possíveis, de pequenos produtores a distribuidores, permissionários do serviço público (especialmente no caso dos Ceasas), supermercados, etc. Podem ser estabelecidas parcerias também com secretarias da própria administração municipal ou outros órgãos públicos, estaduais e federais.

Outra iniciativa importante é a constituição de consórcios municipais. A atuação conjunta em âmbito regional pode ampliar a oferta de alimentos e reduzir seus preços.

No caso do combate à fome e à desnutrição, é fundamental envolver ao máximo a sociedade civil. Um exemplo de como esse envolvimento pode se dar é o ISA (Instituto de Solidariedade para Programa de Alimentação), uma

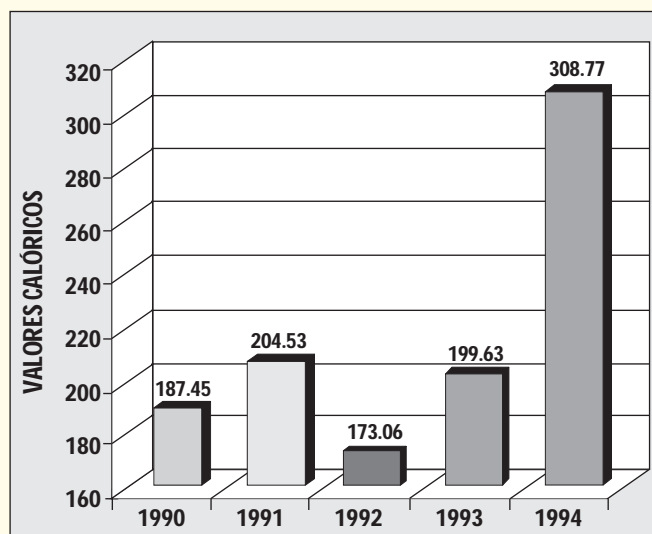
parceria entre Ceasa-Campinas e diversas entidades da sociedade civil. O ISA, um dos maiores centros de processamento de alimentos do País, ocupa um terreno permissionado pelo Ceasa através de um contrato de

40 anos. Na linha de produção, a capacidade máxima para processar alimentos, doados pelos permissionários do Ceasa, está na ordem de 50 a 70 toneladas mensais. Isto permitirá produzir inicialmente 10 mil pratos de

refeição por dia, distribuídos em forma de kits às entidades sociais filiadas ao ISA e às unidades das redes municipais de ensino e de saúde. O ISA também beneficiará as famílias carentes encontradas nos bolsões de miséria de Campinas e cadastradas pelas administrações regionais. Outra meta é realizar cursos profissionalizantes na área de alimentação.

Programas de combate à desnutrição e de complementação alimentar são outra forma da prefeitura garantir que a população de baixa renda tenha acesso à alimentação. Nesse caso, convênios entre as secretarias de Abastecimento, Saúde e Ação Social são recomendáveis, pois potencializam as ações do poder público, como a distribuição de alimentos em creches e postos de saúde.

VALOR CALÓRICO MÉDIO DIÁRIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - 1990 A 1994
BELO HORIZONTE (MG)



Fonte: SMAB - PBH

Autor: Marco Antônio de Almeida - Consultora: Christiane Costa - Revisão: Veronika Paulics
DISC DICAS: (011) 822-9076, Rua Joaquim Floriano, 462
CEP 04534-002 - São Paulo - SP - e-mail: polis@ax.apc.org